



Que Direitos Humanos, Que União Europeia?

CELINA SANTOS

Acção Jovens para a Paz

A União Europeia (UE) tem muitos instrumentos legais – desde declarações gerais e específicas até a mecanismos de queixas e tribunais – para proteger e garantir o respeito pelos Direitos Humanos. É possível que a efectiva protecção dos Direitos Humanos na UE não passe hoje pela adição ou aprofundamento destes mesmos instrumentos legais. Observando as diferentes realidades que coexistem dentro da U.E., é possível pensar que o bem-estar e a estabilidade da UE passa de forma cada vez mais clara, não apenas por instrumentos legais, mas sobretudo pela procura de novas abordagens e princípios orientadores da acção comunitária.

A UE corre agora o risco de se transformar numa “Europa Fortaleza” que exclui e que não acolhe quem a escolhe para viver, quem entra ou quem vive nesta região rica e desenvolvida. Por outro lado, começa a encerrar dentro de si bolsas de pobreza muito preocupantes: – desalojadas/os, desemprego, fome e miséria são já parte integrante dos nossos países e uma realidade visível e inquestionável a nível comunitário. Na UE começam a revelar-se sinais e cenários que são já problemáticos, mas que podem vir a ser ainda mais preocupantes e a ter consequências mais vastas: – violência, desertificação das zonas rurais, sobre-população urbana, poluição, entre outros. O simples conformismo que nos invade perante a ruptura do Estado Providência, projecto basilar das nossas sociedades e expectativas de futuro é, em si, revelador dos desafios que o futuro nos reserva. Observando as dimensões, no presente, de alguns dos problemas referidos, percebemos que as soluções necessárias estão talvez ainda por inventar. De acordo com os dados do Fórum Barcelona 2004: França (2002) tem 3 milhões de pessoas ou 5% da população com alojamento precário, o Reino Unido (2003) tem 400.000 desalojadas/os, Portugal e Grécia (2003) têm 21% da sua população em situação de pobreza, e... em toda a Europa há 40.000.000 de pessoas a viver em “bairros de lata”¹⁰.

Perante isto e perante o alargamento da UE, será este o momento para todas/os fazermos parte de uma reinvenção desta mesma Europa que nos deve unir a partir do que partilhamos cultural, histórica e politicamente e que, fazendo parte da sua força originária, são igualmente objectivos primordiais desta construção. Temos uma longa tradição de práticas democráticas e de valores humanistas, temos acumuladas inúmeras experiências positivas e negativas que nos foram mostrando as escolhas e as cedências que não podemos fazer porque põem em causa a nossa dignidade, e temos riquezas humanas e materiais que estão ainda a ser desperdiçadas. Tudo isto nos une, além do Euro e das fronteiras. Será talvez, por isso, o momento de centrarmos a nossa atenção sobre a eficácia e eficiência dos nossos instrumentos legais, mas também de procurar abordagens inovadoras na protecção dos Direitos Humanos, conjugando todas as vozes e energias que ainda não chegam aos processos de decisão. Sabemos, por exemplo, que o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, recebe (2001) em média diariamente 180 chamadas e 800 cartas e, no entanto, em 2002 havia ainda 19.815 dados pendentes¹¹.

Porém, aquilo que está na base da UE – a Solidariedade e a Cooperação –, está igualmente na base das suas estreitas ligações com o resto do Mundo. Neste sentido e nesta era globalizada, a UE tem, por muitos e diversos motivos, grandes responsabilidades na garantia dos Direitos Humanos, da Democracia e do Desenvolvimento Sustentado. Tem esta responsabilidade sabendo do poderio que reuniu ao longo da história e por isso tem de se assumir, antes de mais, como exemplo da possibilidade de (re-)invenção de sociedades sustentáveis e respeitadoras da dignidade dos Seres Humanos e da Terra. Esta exemplaridade é ainda mais fundamental nas suas relações externas, diplomáticas e de ajuda a países terceiros.

¹⁰ “Habitar el Mundo”, Fórum Barcelona 2004.

¹¹ “Compass – Manual de Educação para os Direitos Humanos”, Conselho da Europa.



Nesta definição estratégica da UE todas as cidadãs e cidadãos deveriam participar na construção da Constituição Europeia, que um dia será de todas/os nós, procurando que esta seja o reflexo primeiro de todas estas aspirações. A Constituição Europeia tem de ser prova que a UE é pró-activa no respeito pelos Direitos Humanos, no planeamento de um Desenvolvimento Sustentável e na implementação de uma Democracia Participativa, baseadas na Justiça e na Solidariedade, além de qualquer fronteira. Todas e todos temos um papel na garantia de que as nossas políticas não são nem serão desvirtuadas ou desviadas das nossas intenções iniciais, em virtude de reacções precipitadas ao medo do terrorismo ou de pressões populistas que preferem soluções fáceis, mas sem eficiência no longo prazo, como por exemplo expulsar imigrantes ou ceder na dignidade e nos direitos das/os trabalhadoras/es. O terrorismo não pode servir de argumento para suspender direitos ou para suspender políticas de cooperação, nem as/os imigrantes podem ser culpadas/os pela insustentabilidade dos nossos/seus modelos económicos. Penso que é aqui que reside o nosso próximo passo: desafiar o nosso senso comum e fazer da UE mais do que um Mercado Comum cercado por uma Fronteira Impenetrável, uma Espaço de Coesão e Tolerância, de Inovação e Inclusão, de Participação e Iniciativa.

Na constituição de uma agenda de Direitos Humanos na Europa, e cuja abordagem na futura Constituição da UE é fundamental e incontornável, vejo os seguintes grandes temas:

- Uma nova abordagem às migrações e deslocações forçadas, que passe pela abordagem e prevenção dos motivos que produzem fluxos com a dimensão a que assistimos hoje, e não pela tentativa de negar e impedir as suas consequências em território da UE. Assim, a abordagem destas questões tem de passar pela reafirmação das democracias e dos modelos de desenvolvimento que são de facto sustentáveis e fontes de justiça e equidade.
- A Paridade e a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, mas também entre diferentes etnias, orientações sexuais, estilos de vida. Recusando assim qualquer sombra de discriminação e exclusão arbitrária nas nossas vidas.
- A reforma dos modelos de educação e emprego que visem uma real capacitação das pessoas para a iniciativa, para a cidadania e para a literacia, e não apenas para a formação de técnicas/os alfabetizadas/os.
- A centralidade das Sociedades de Bem-Estar e do Estado Providência, reafirmando que fazem parte do nosso horizonte e da solidariedade interna que queremos dar e receber.

Estas sugestões poderiam ser outras ou poderiam ser o princípio de uma longa lista. Porém, o meu único objectivo é chamar a atenção para a necessidade de debater a importância que os Direitos Humanos ocupam ou devem ocupar, de facto, nas nossas agendas cidadãs e políticas e para a necessidade de um entendimento claro desta mesma agenda. Caberá apenas aos Estados a garantia de Direitos Humanos? A nossa agenda é constituída por que direitos? Direitos políticos e civis, ou queremos dar a mesma importância aos direitos económicos e também aos pós-materiais?